

EM 2011 A GEOGRAFIA DA PUC FAZ 70 ANOS: DESAFIOS, REALIZAÇÕES E NOVOS DESAFIOS

João Rua

Doutor em Geografia

Professor do Departamento de Geografia

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

joaorua@uol.com.br

Resumo

Reconhecida internacionalmente como um dos mais importantes centros de ensino e pesquisa do país, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) foi fundada em 1940 com o objetivo de desenvolver conhecimento de valores humanistas. A Universidade tem cerca de 20.000 alunos originários de bases sociais, étnicas e religiosas bastante diversas. O Curso de Geografia é um dos mais antigos e foi fundado em 1941. O atual Departamento de Geografia e Meio Ambiente enfatiza os estudos ambientais compreendidos como uma integração entre o social e o natural na qual as abordagens humanistas, sociais e naturais fazem parte do currículo oferecido aos alunos. Não há dúvida de que os geógrafos podem desempenhar um papel de destaque nas pesquisas ambientais tanto do ponto de vista teórico como nas análises em escala local, explicitando as distintas espacialidades. Esta é a diretriz do Departamento de Geografia e Meio Ambiente tanto no nível da graduação quanto no da pós-graduação.

Palavras-chave: Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Meio Ambiente.

IN 2011, THE GEOGRAPHY IN PUC-RIO MAKES ITS 70th ANNIVERSARY: CHALLENGES, FULFILLMENTS AND NEW CHALLENGES

Abstract

Recognized worldwide as one of the most important teaching and research centers in the country, the Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) was founded in 1940 with the objective of developing knowledge based on humanistic values. The university now has 20,000 students who come from a variety of religious, ethnic and social backgrounds. The Course of Geography is one of the first and was founded in 1941. The now called Department of Geography and Environment looks for an emphasis on environmental studies, understood as a socio-natural assemblage, integrating approaches from humanities, social sciences and natural sciences as is in PUC-Rio's curriculum. There is no doubt that geographers can play an important role in this research as in theoretical approaches as in local scales, showing distinctive spatialities. This is the outline of the Geography and Environment Department in undergraduating or in post-graduating levels.

Keywords: Department of Geography and the Environment; Pontifical Catholic University of Rio de Janeiro; Environment.

Introdução

Em 2010 a PUC-Rio (figura 1) viveu intensamente a comemoração de seus 70 anos de vida no campus da Gávea, onde está desde 1955, e nas extensões da Barra da Tijuca, do Centro da cidade e da Baixada Fluminense.

Foi um ano de muitas alegrias com os resultados do desempenho dos cursos de graduação e dos programas de pós-graduação. Esses resultados expressaram o reconhecimento da qualidade acadêmica da PUC-Rio. Foi também um ano que fez rememorar as sete décadas vividas, além de ser marcado por um grande esforço de avaliação e de planejamento interno na Administração Central, nos Departamentos, nos Centros e na Universidade como um todo.

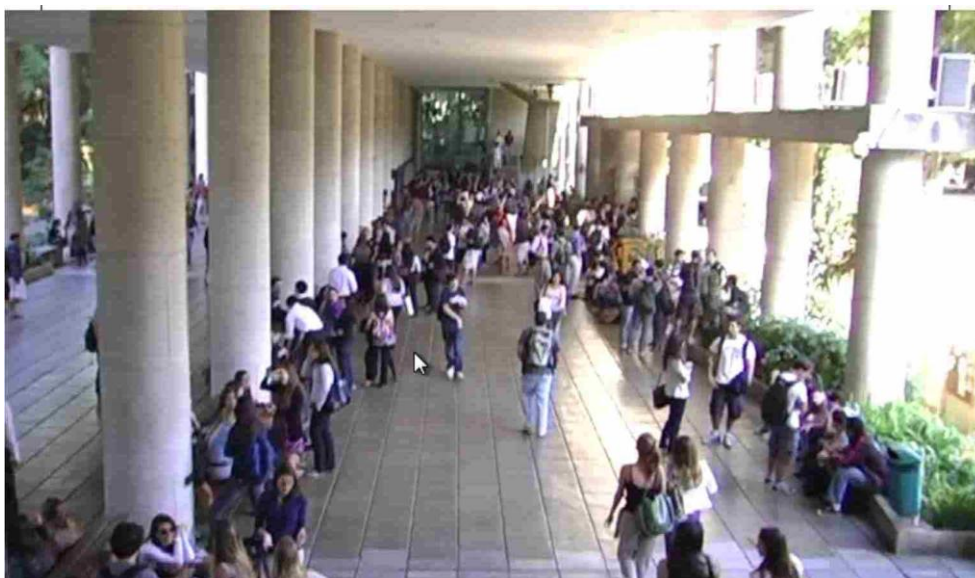


Figura 1: Vista geral do Pilotis do Prédio Kennedy, na PUC-Rio.

O Departamento de Geografia e Meio Ambiente continua sempre buscando linhas teórico-metodológicas que garantam permanente contemporaneidade sem perda da perspectiva humanista que diferencia a PUC-Rio das demais instituições de ensino superior no Rio de Janeiro.

O curso de Geografia foi criado em 1941, juntamente com o de História na Faculdade de Filosofia das Faculdades Católicas. Foi reconhecido pelo decreto-lei 10.985, de 01/12/42, com publicação no D.O.U. de 06/01/43. Esta habilitação conjunta perdurou por duas décadas. O Departamento juridicamente autônomo, foi criado em 1969, com as habilitações de Bacharel e Licenciado em Geografia. A ênfase nos estudos sobre meio ambiente tem sido uma marca nas últimas décadas – um ambiente de concepção ampliada, incluindo as inúmeras interações do social com o natural.

Se nos debruçarmos sobre a história do Departamento, veremos que ele foi construído com o trabalho de renomados expoentes da Geografia

brasileira, dentre os quais podem ser lembrados Fábio Macedo Soares Guimarães, Orlando Valverde, Nilo Bernardes e Aluizio Capdeville Duarte, estes dois últimos ex-alunos e ex-professores, para só falar dos de maior proeminência.

Pode-se dizer que o Departamento de Geografia e Meio Ambiente da PUC-Rio tem se apresentado como um manancial de nomes que têm ocupado cargos e funções de destaque nos principais órgãos de pesquisa geográfica e nas principais universidades do Rio de Janeiro. Seria longa a lista de ex-alunos que têm tido destaque em sua atuação profissional.

Percebe-se que o departamento tem demonstrado condições de se manter como um centro de excelência e de referência no Rio de Janeiro, no que diz respeito ao ensino, à extensão e à pesquisa em Geografia, desenvolvidos por seus professores do quadro permanente e pelos do quadro complementar. Todos os professores têm doutorado. São aproximadamente 200 alunos na graduação e 30 no mestrado.

Graduação: uma preocupação permanente

O Departamento de Geografia tem como objetivo formar profissionais que sejam capazes de enfrentar os novos desafios postos à sociedade, sobretudo nas diferentes formas de organização do espaço, levando em consideração os problemas ambientais.

A visão de ambiente é defendida a partir de uma metodologia que integra o natural e o social. Ambiental, na visão predominante no departamento, significa a totalidade sociedade/natureza percebida nos lugares onde o domínio do natural sobre o social vai se transformando, graças aos equipamentos técnicos, numa supremacia do social sobre o natural. Essa transformação implica em processos complexos que alimentam as pesquisas, o ensino e a extensão desenvolvidos pelos professores e pelos alunos da graduação e da pós-graduação, bolsistas e colaboradores. A visão crítica sobre as formas de dominação e apropriação em que se baseiam esses processos, com os imensos riscos (ambientais) que acarretam, vêm alimentando o

movimento do departamento na busca da integração natural/social aos olhos de uma ciência social.

Podemos recordar com Moreira (2006, p. 15) que a geografia moderna nasceu na segunda metade do século XVIII, alimentada pelo Iluminismo e pelo Romantismo alemão. Desde então podem ser distinguidas três fases, correspondentes aos três paradigmas que a têm influenciado: o paradigma holista da baixa modernidade, o paradigma fragmentário/especializador da modernidade industrial e o paradigma holista da hipermodernidade, como tendência atual.

O holismo tradicional vem de Humboldt e Ritter, os pais fundadores da moderna geografia, ambos marcados por influências Kantianas e de Shelling. Viam a geografia como o estudo da superfície terrestre em suas múltiplas interações e o homem como ser que vive na superfície terrestre. Homem e natureza não eram dissociados.

Esse paradigma holista que marcou o início da geografia foi muito criticado e, posteriormente, foi sendo substituído pelo paradigma dominado pela filosofia positivista que perdurou até fins do século XX. Na geografia procurou-se separar as esferas das interações de Humboldt em especializações e campos particulares – geografia física/geografia humana; geografia regional/geografia geral. Apesar de reações dentro da própria geografia (a tentativa de manter uma geografia geral), manteve-se como paradigma dominante até os anos 1960-70, quando um outro tipo de holismo, simultâneo à chamada crise ambiental, vai emergir como balizador dos debates. Esse momento atual (ainda segundo Ruy Moreira [2006]) é marcado por uma pluralidade de abordagens e de referências filosóficas em que sobressaem a fenomenologia husserliana, a filosofia da linguagem e a filosofia da práxis marxista.

O que se deseja trazer para reflexão é que a geografia nasceu holista e tem essa tradição no projeto de interpretação da paisagem e da relação homem-superfície da Terra. Mesmo descritiva e empiricista, essa tradição, deságua no holismo atual que “volta” à geografia, sem nunca dela ter saído inteiramente. É claro que no momento atual das ciências não caberiam

abordagens tão desprovidas de referenciais teóricos e de instrumental estatístico-matemático ou georreferenciador.

Entretanto, num momento de crise do paradigma fragmentário e de forte crítica às intervenções pontuais/setoriais para ultrapassar as atuais relações sociedade-natureza percebe-se que aos especialistas das ciências físico-matemáticas e biológicas faltam referenciais mais comuns nas ciências humanas e sociais; aos especialistas das ciências sociais e humanas faltam referenciais das ciências físico-matemáticas e biológicas. Fala-se em multidisciplinaridade e transdisciplinaridade, realmente necessárias, mas de construção difícil. Não se trata de superposição ou justaposição de conhecimentos. Isso não seria uma solução. Quem faria as interações necessárias?

Ao se perceber que muitos dos chamados “problemas ambientais” constituem mais do que “impactos do homem no ambiente”. São, como escreve O’Brien (2010, p. 543), manifestações da modernidade, sintomas dos padrões dominantes de desenvolvimento, resultado das relações sociais e produtos de visões de curto prazo, fortemente integrados a desejos, valores e visões de mundo. Mas é preciso conhecer o “ambiente natural” e trazê-lo para uma abordagem mais sistêmica (não aquela até aqui dominante), que busque as múltiplas interações do espaço geográfico (sistema de objetos e ações) multidimensional, híbrido do humano e do não-humano e multiescalar nas intencionalidades nele expressas. A escala dos chamados problemas ambientais torna-se fundamental nas ligações do global com o local e vice-versa, num jogo interescalar, sob pena de uma escala obscurecer a outra. O humano/social domina quase completamente o não-humano, fato explicado pela história das técnicas.

Novamente, seguindo O’Brien (2010, p. 544), constata-se a percepção de que, embora os benefícios da abordagem sistêmica dos chamados problemas ambientais sejam consideráveis, tal abordagem mostra-se insuficiente para identificar e criar formas de respostas aos complexos problemas apresentados hoje em dia. Compreender essa complexidade requer

mais do que conhecer os processos biofísicos. Necessita-se reconhecer as múltiplas interações sociedade-ambiente natural, plenas de subjetividades.

Num momento em que as ciências sociais e as humanidades são chamadas a participar mais ativamente dos debates sobre as questões ambientais, os geógrafos e os estudantes de geografia aparecem com uma mais-valia pautada na tradição de lidar, simultaneamente, com os sistemas naturais e sociais (embora não com a frequência desejada e, muitas vezes, nem integradamente), base constitutiva da ciência. Há lugar para as pesquisas em geografia física, geografia humana, geografia cultural e para as diversas interações geográficas. O importante é que se remeta à totalidade espaço, mesmo que abrangendo apenas uma de suas múltiplas dimensões. Massey (1999, p. 274) escreveu que se as contraposições entre o “natural” e o “social” estão sendo questionadas, então os geógrafos estão em boa situação para fazer contribuições significativas. Ou então como escreve Galvão (2009, p. 69):

Não há como negar que ambiente é produto da relação homem/meio, sociedade/natureza, ou seja, a natureza recriada pela sociedade, a natureza da qual o homem é parte, e não apenas a natureza onde o homem atua como mero “agente antrópico”, dotado de capacidade de ação maior que a de outros animais. Há que se repensar a concepção de ambiente como produção social, que efetivamente é, com todas as interações econômicas, sociais e políticas engendradas pela sociedade no processo de sua construção histórica, repensá-lo em termos de valorização de recursos e qualidade de vida.

A geografia na PUC trabalha, já há muito, nessa perspectiva. Encontra-se localizada no Centro de Ciências Sociais o que, por si só já representa uma possibilidade concreta de diálogo com outros departamentos do Centro. É o único no Rio de Janeiro. Isso já dá aos alunos do departamento uma qualidade de (in)formação que os de outras universidades terão mais dificuldades em construir por conta de um maior isolamento com relação às outras ciências sociais. É um geógrafo-cientista social com boa base de conhecimentos em geografia física. Pode-se apresentar como interlocutor válido nos contatos com diferentes ramos das ciências.

Nos chamados problemas ambientais agregamos as novas problemáticas urbanas (“segregação”/“guetização”, os novos significados do urbano e do rural), as novas relações urbano-rural e a mercantilização da natureza, a revalorização da Geografia Política, da gestão do Território e as

novas perspectivas da questão ambiental (não apenas na Geografia Física) impuseram a necessidade de um currículo que não só valorizasse esses temas como também permitisse uma atuação dos alunos, quando profissionais, nessas questões.

O trabalho docente realiza-se em diferentes ambientes – os múltiplos territórios que formam o ainda acanhado espaço físico do departamento – salas de aula, laboratórios de geoprocessamento, de geografia física, de ecologia, na sala Milton Santos, na sala do PET. O Gnaisse constitui importante espaço de convívio discente.

Busca-se um modelo integrador para a formação de um geógrafo-professor capaz de trabalhar com um variado instrumental e intervir na sociedade, tanto como pesquisador, mas também como educador através da Geografia. Procura-se romper com a dicotomia bacharel-licenciado ao propiciar uma formação de mais qualidade para geógrafos professores e pesquisadores, encaminha-se os alunos para o ingresso, com competência, nos programas de pós-graduação de maior projeção, incluindo-se aí, o do próprio departamento.

A pesquisa e a extensão consolidam-se

A vitalidade do departamento explicita-se na agitação criativa de seus numerosos grupos de estudo e pesquisa como o Programa de Educação Tutorial (PET), GETERJ (Gestão Territorial do Estado do Rio de Janeiro), o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Espaço e Metropolização (NEPEM), o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Paisagem (NIPP), o Grupo de Estudos Urbanos e Rurais (URAI), o núcleo de estudos em História Ambiental e Dinâmica da Mata Atlântica e o Morfotektos reúnem alunos, bolsistas e voluntários, professores além dos coordenadores, mestrandos e ex-mestrandos evidenciam outra preocupação: a integração da graduação com a pós-graduação.

De há muito se constitui em preocupação do corpo docente trabalhar na universidade procurando integrar-se à sociedade. Projetos patrocinados pela Petrobrás, Petróleos Ypiranga, Avina, prefeituras do interior do estado têm marcado parcerias importantes que deram nova dinâmica ao departamento.

Integrando o Núcleo Interdisciplinar de Meio Ambiente (NIMA) da PUC-Rio com diversos professores deu-se a partida para um movimento que se consolida ao buscar multiplicadores para a perspectiva metodológica desenvolvida no âmbito do departamento em relação às temáticas ambientais, particularmente na educação. Nova Friburgo, Quissamã, Angra dos Reis, Rio das Ostras, Mangaratiba, Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Resende têm representado campos importantes nessa relação Universidade-Sociedade.

Com orgulho do passado, mas de olhos voltados para o futuro – novos desafios

Integrado à História academicamente, juridicamente (até 1969) e administrativamente até 2002, em convívio harmonioso, o departamento tem conseguido fortalecer uma personalidade própria, cada vez mais reconhecida.

Nesse aspecto a criação do mestrado em geografia, em 2007, colocou o departamento em novo patamar, com novos desafios, à busca de novas realizações.

O lançamento da coletânea “Paisagem, espaço e sustentabilidades” (RUA, 2007), fruto do trabalho dos professores que constituíram a maioria do corpo docente inicial do PPGE (mestrado em geografia da PUC-Rio), livro muito bem recebido pela comunidade científica, marcou o início de uma trajetória que já se anuncia como vitoriosa, de acordo com as avaliações até agora realizadas e coloca a busca de novo patamar – a implantação de um doutorado, projeto sinalizador de novos desafios, ao mesmo tempo consolidando as linhas de pesquisa até agora implementadas e favorecendo a emergência de novos campos de investigação.

As pesquisas em realização até o momento podem ser agrupadas em duas linhas que, embora articuladas, apresentam algumas singularidades: a) Transformação da Paisagem e; b) Espaço e Sustentabilidades.

Como já foi apresentado em Rua, Oliveira e Ferreira (2007, p. 8), a principal preocupação desta proposta de trabalho reside na sua procura de formas concretas de exercício da interdisciplinaridade através de uma busca de integração no tratamento dos processos naturais e culturais ocorridos no

ambiente. A convergência dos focos das suas duas linhas de pesquisa se dá pelo esforço empreendido na linha “Transformação da Paisagem” de salientar a dimensão cultural e social dos processos ecológicos, enquanto na linha “Espaço e Sustentabilidades” o esforço é o de buscar a dimensão do ambiente natural nas relações sociais ligadas às questões da sustentabilidade, ou das sustentabilidades, como nós preferimos.

As propostas de Sachs (1993, p. 24; 2002, p. 85), de há muito, apontam para diversos tipos de sustentabilidades. Ao se referir às dimensões da sustentabilidade destaca as dimensões social, econômica, ecológica e espacial. Ao explicitar os critérios de sustentabilidade (2002, p. 85) enfatiza a sustentabilidade social (razoável homogeneidade social, pleno emprego com qualidade de vida decente, igualdade no acesso aos recursos e serviços sociais), a cultural (equilíbrio entre respeito à tradição e à inovação, capacidade de autonomia para elaboração de um projeto nacional integrado e endógeno, autoconfiança e abertura para o mundo), a ecológica (preservação de recursos renováveis, limitar o uso de recursos não-renováveis), a ambiental (respeitar e realçar a capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais), a territorial (diminuição da assimetria na aplicação dos investimentos públicos entre áreas urbanas e rurais, conservação da biodiversidade) a econômica (desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado, capacidade de modernização contínua dos instrumentos de produção), além da sustentabilidade política nacional e internacional (desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional em parceria com todos os empreendedores, um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio da igualdade). Para nossa reflexão, tal contribuição, é fundamental como suporte à noção de sustentabilidades que pretendemos defender.

Guimarães (1997, p. 17), ao analisar o desenvolvimento sustentável, apresenta algumas dimensões e critérios operacionais da sustentabilidade. Refere-se às sustentabilidades ecológica, ambiental, planetária, demográfica, cultural, social, política e institucional. Adverte esse autor que se impõe examinar as contradições ideológicas, sociais e institucionais do próprio

discurso da sustentabilidade, bem como examinar suas distintas dimensões, para transformá-las em critérios objetivos de política pública, fugindo, assim, do nível da pura retórica. Da mesma maneira que Sachs (1993) fornece importante base para nossa argumentação.

Em nossa proposta metodológica, reproduzindo Rua, Oliveira e Ferreira (2007, p. 9), explicitamos que as diversas sustentabilidades são, fundamentalmente, espaciais por estarem sujeitas a movimentos de apropriação e/ou dominação consoante a sociedade em que estejam inseridas. Seria, portanto, um espaço transformado em território em que cada sociedade deve estabelecer seus padrões de desenvolvimento e de sustentabilidade, por isso falamos de desenvolvimentos e sustentabilidades, marcados pelas análises de Sachs (2002), Guimarães (1997), Moreira (2004) e Harvey (1996, 2000 e 2006) sempre enfatizando a dimensão espacial/territorial que a Geografia prioriza.

Assim, em nosso fazer, há trabalhos com destaque da dimensão mais teórica das sustentabilidades enquanto outros estão pautados na sustentabilidade social, na política ou na ecológica/natural. O trabalho de cada professor e/ou grupo de pesquisa enfatiza uma ou algumas das dimensões apontadas acima pelos autores referidos, mas destacando a espacialidade de tais dimensões, como convém a uma análise geográfica. É aí que as leituras de David Harvey sobre desenvolvimentos geográficos desiguais servem de suporte para a ideia que embasa alguns trabalhos do departamento sobre sustentabilidades geográficas desiguais e, de certa maneira, influenciam a todos.

Considerações finais

Desta forma, a proposta integradora, através da abordagem ambiental e interdisciplinar, pretende nortear as suas duas linhas de pesquisa e permear os diferentes níveis de ensino, graduação, mestrado e um futuro doutorado.

As bases teórico-metodológicas (BECKER e GOMES, 1993) fundamentais para nossa ação de pesquisa, têm procurado retomar a tradição geográfica tendo como referência central a relação sociedade-natureza,

entendida, para muitos, de maneira restrita, como apenas uma relação homem-meio. Mesmo que em outros ramos da ciência se dediquem a essa referência, na Geografia, ela emerge como tema fundador e permanente. O entendimento da relação natureza-sociedade obriga ao exercício da interdisciplinaridade e, ao mesmo tempo, coloca a Geografia na procura de um discurso específico centrado não apenas na “naturalidade” pura dos fenômenos, mas, fundamentalmente, em suas inter-relações com os fatos sociais.

Referências

- BECKER, Bertha; GOMES, Paulo César da Costa. Meio Ambiente: matriz do pensamento geográfico. *In*: VIEIRA, Paulo Freire; MAIMON, Dália (Orgs.). **As ciências sociais e a questão ambiental**: rumo à interdisciplinaridade. Rio de Janeiro: APED; Belém: UFPA, 1993.
- GALVÃO, Maria do Carmo Corrêa. **Percursos geográficos**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- GUIMARÃES, Roberto P. Desenvolvimento Sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas. *In*: BECKER, Berta; MIRANDA, Mariana (Orgs.). **A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.
- HARVEY, David. **Justice, nature and the geography of difference**. Oxford: Blackwell, 1996.
- HARVEY, David. **Spaces of hope**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 2000.
- HARVEY, David. **Spaces of global capitalism**. Londres: Verso, 2006.
- MASSEY, Doreen. Space-time, ‘science’ and the relationship between Physical Geography and Human Geography. **Transactions of the Institute of British Geographers**, Londres, v. 24, n; 3, 1999. p. 261-276.
- MOREIRA, Roberto José. Cultura, sustentabilidade e poderes assimétricos: uma narrativa sobre a renda da natureza na contemporaneidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, ano 12, v. 2, out. 2004. p. 194-236.
- MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** São Paulo: Contexto, 2006.
- O'BRIEN, Karen. Responding to Environmental Change: a new age for human geography? **Progress in Human Geography**, Londres, v. 36, n. 5, Aug. 2010. p. 667-676.
- RUA, João (Org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades**: uma perspectiva multidimensional da Geografia. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007.



RUA, João; OLIVEIRA, Rogério Ribeiro de; FERREIRA, Alvaro. Introdução. *In*: RUA, João (Org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades**: uma perspectiva multidimensional da Geografia. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007. p. 7-34.

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI**: desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel; Fundap, 1993.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. *In*: STROH, Paula Yone (Orgs.) **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

Recebido em julho de 2012; aceito em setembro de 2012.